

NAS VEREDAS POR RECONHECIMENTO

SOCIAL: o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo

IN THE PATHS FOR SOCIAL RECOGNITION: the role of education in the destruction of the inferiority of the subject country in the backwoods Territory Apodi.

Simone Cabral Marinho dos Santos⁸⁵

Orientador: José Willington Germano

RESUMO

Na travessia por novas veredas da pesquisa acadêmica, impõe-nos o desafio de investigar alternativas que conduzem o horizonte de possibilidades concretas de uma educação pautada na dinâmica de organizações e movimentos que participam da luta por um projeto de reconhecimento social e desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo. O cenário de participação da vida dos que integram a pesquisa como pesquisados e pesquisador é o Território Sertão do Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte, cuja escolha empírica foi motivada pela forte presença e participação de movimentos sociais no campo. A proposta é investigar possibilidades e desafios de práticas e ações educativas na e fora da escola que procuram reconhecer e dar visibilidade aos sujeitos sociais do campo no referido Território. Assim, será objeto de nossa investigação o espaço de tomada de decisões e de organização de institucionalidade territorial através da atuação do Colegiado do Território do Sertão do Apodi e as práticas educativas resultantes de demandas das ações territoriais, tanto escolares como não escolares. A literatura na qual sedimentamos as bases teóricas fundamentais desta pesquisa é de Axel Honneth (2001; 2003), associada ao pensamento de Boaventura Santos (2003; 2008a), Jessé Souza (2003, 2006) e Milton Santos (2006, 2007, 2009). Vale destacar, ainda, a interlocução com a narrativa de

⁸⁵ Doutora em Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Departamento de Educação do Campus Avançado Prof^a Maria Elisa de Albuquerque Maia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: simone.cms@hotmail.com.

Guimarães Rosa, através da obra Grande Sertão: Veredas, perpassando todo o conjunto do texto. Com essa intencionalidade, procuramos defender que uma perspectiva de educação destinada aos sujeitos do campo deve se pautar na superação da condição de invisibilidade social, a que estes estão submetidos, por meio de uma postura de reconhecimento social que se firma no exercício da democracia participativa e na reparação de desigualdades sociais. Para tanto, são muitos os desafios e as vulnerabilidades desse processo; daí, abrimos veredas para o reconhecimento do papel da educação no fortalecimento das identidades sociais, ao situar o sujeito socialmente, permitindo que se localize em um determinado grupo social, frente aos saberes construídos na sociedade.

Palavras-chave: Luta por Reconhecimento. Território. Educação

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o sertão como limite espaço-temporal de investigação. Nesta, trazemos para o exercício da descoberta e da criação que implica a pesquisa acadêmica e científica, o Território Sertão do Apodi, cujo processo organizativo teve início em 2001, por meio da implementação do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). Trata-se de um programa de ações complementares para o fortalecimento da reforma agrária e da agricultura familiar do semiárido brasileiro, resultante do Acordo de Empréstimo nº 494-BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Este tem o objetivo de fortalecer processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável e de assentados(as) e agricultores(as) familiares (PDHC, 2004).

A lógica do desenho territorial do cenário de investigação baseou-se em características sociais, econômicas, políticas e culturais reconhecidas pelos sujeitos no seu interior. Mediante relação com o lugar onde os sujeitos trabalham, moram, circulam e atuam, o Território Sertão do Apodi é assim nomeado por se identificar com a especificidade da Região Semiárida do Nordeste Brasileiro, a que chamamos de Sertão. Além disso, compreende uma área de intensa mobilização social no campo, particularmente em Apodi, município polo dessa região, extrapolando as peculiaridades físicas do lugar.

Na prática, visualiza-se um sertão que vem ganhando novos contornos alinhados às perspectivas de trabalho e às possibilidades de melhores condições de vida no meio rural, colocando-se, assim, como um espaço de vivências e experiências sempre renovadas, dentre as quais, a das práticas educativas. Um sertão, que como disse Riobaldo, entre lembranças e lamentos, reacende a coragem na conquista de um novo espaço no mundo e aspira “esperança mesmo do meio do fel do desespero” (ROSA, 2006, p. 221).

Na composição da territorialidade do Sertão do Apodi, 17 (dezesete) municípios formam esse Território, que está localizado na região oestana do estado do Rio Grande do Norte: Apodi, Campo Grande (Augusto Severo), Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix Sept Rosado, Janduís, Olho D'água dos Borges, Rafael Godeiro, Umarizal, Upanema, Itaú, Messias Targino, Paraú, Patu, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Triunfo Potiguar. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Território é, atualmente, de 157.203 habitantes, do total de 3.168.027 do Estado potiguar (IBGE, 2010). O mecanismo de gestão, controle e acompanhamento do referido Território é o Colegiado do Território Sertão do Apodi, instrumento de realização democrática por se tratar de uma instância de deliberação, tomada de decisões e controle social. Sua composição é formada por representação de organismos de governos municipal, estadual e federal com presença no Território e de organizações da sociedade civil, conforme Resoluções nº 48, de 16 de setembro de 2004 e 52, de 16 de fevereiro de 2005, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

No Território, observamos que são criadas possibilidades para consolidação e ou emergência de novas ações que superem as desigualdades no campo, nos quais suas próprias organizações protagonizem iniciativas. Nesse sentido, tomando-o como espaço de experiências políticas e sociais, trazemos à tona a discussão sobre os espaços que contribuem para a mudança e a tomada de decisões no âmbito educativo, resultantes de políticas públicas indutoras da dinâmica territorial que conferem novos significados à ação e à participação democrática no Território em estudo. Nos achados da pesquisa se pretendeu investigar alternativas de superação do processo simbólico da inferioridade e invisibilidade às quais estão submetidos os sujeitos do campo, resultantes de experiências de negação e de desrespeito às condições de formação da sua identidade social.

Nesta pesquisa, nos atemos, não apenas à discussão sobre a tomada de decisão, as tensões, os limites, as vulnerabilidades e as ambiguidades, mas também às possibilidades da participação em favor do reconhecimento social

dos sujeitos sociais do campo. Aqui, pesa a busca por novas formas de institucionalidade política baseadas na democracia participativa que reconhece e dá visibilidade às ações e às práticas sociais capazes de gerar novas normas e formas de controle social dos sujeitos para garantir abertura à negociação de interesses heterogêneos e resistência às formas hegemônicas de educação.

Ao reconhecemos as especificidades que compõem o Território e, neste, a educação que lá se pratica, trazemos à tona elementos necessários, ainda que embrionários, para problematizar o contexto em que se realizam os diálogos e os conflitos de diferentes sujeitos sociais para superar a situação de marginalização social e educacional. Para tanto, é necessário que os sujeitos, individual ou coletivamente, construam sentimentos de pertença, capazes de defender as suas ideias para, assim, recriar formas de convivência passíveis de desenvolvimento de um projeto político de educação para o enfrentamento do não reconhecimento social de identidades desrespeitadas em função de injustiças sociais.

MARCO TEÓRICO

A literatura na qual sedimentamos as bases teóricas fundamentais desta pesquisa, nos permite perceber que em sociedades, fortemente marcadas pela desigualdade, o sentimento de desrespeito é compartilhado pelos indivíduos, cujo significado histórico está numa luta moralmente motivada (HEGEL, 1969 apud HONNETH, 2003). Dessa forma, é provável pensar que, no espaço concreto desta pesquisa, o potencial de transformação política e social surge a partir do compartilhamento de sentimentos morais de desrespeito entre os indivíduos, capaz de possibilitar as lutas por reconhecimento e levar os indivíduos a se engajarem em um movimento de desconstrução de sua inferioridade. Nesse sentido, Honneth (2003) afirma a necessidade de se pensar uma alternativa para a formação das ações coletivas e, conseqüentemente, para os movimentos sociais, fundada sob valores éticos,

com potencial de desenvolvimento de formas de solidariedade coletivas de identidade.

Anuímos que o impulso subjacente ao reconhecimento de experiências consideradas residuais subverte a lógica da dominação e opressão, dando vez a formas de resistência e de luta que mobilizam diferentes atores, pautadas em uma lógica que Boaventura Santos (2008) classifica como Ecologia dos Reconhecimentos. Prima-se, na Ecologia dos Reconhecimentos, pela abertura de uma articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença, sob o preceito de uma nova visibilidade aos processos que caracterizam as dinâmicas desiguais e diferenciadas, ou mesmo, de não existência que incide na lógica que desqualifica saberes e práticas das quais os sujeitos são protagonistas. Em outras palavras, “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, B. S., 2008a, p. 102). Assim, nessa pesquisa, buscamos imprimir visibilidade aos processos que desencadearam a luta por meio do reconhecimento social dos sujeitos do campo, que vem se desenvolvendo no Território mediante práticas educativas.

Assegura Honneth (2003) que a visibilidade não é só do mero ato de conhecimento da presença do outro, mas de um reconhecimento moralmente valorado, pois a invisibilidade é justamente a perda da capacidade de percepção do indivíduo, indispensável ao reconhecimento. Com isso, o indivíduo é capaz de reduzir seu amor-próprio e conceder ao outro a autoridade moral necessária para interagirem em posição de reconhecimento.

Trata-se, como o próprio Honneth (2003) salientou, ao socialmente invisível, fazer-se notado. Somente a partir da aprendizagem da existência de um *outro* generalizado, o sujeito é capaz de estruturar uma percepção normativa do mundo, para além do individual.

Assim, a luta pelo reconhecimento se estabelece na relação com o conflito, cujas disputas acontecem por ocasião de desigualdade material exacerbada, além da negação de direitos legais e proteções iguais, favorecendo o espaço das lutas por afirmações identitárias. Seu limite,

contudo, reside no fato de que o reconhecimento afirmativo, ao reparar injustiças sociais por meio do respeito e valorização às identidades coletivas, deixa intacta a estrutura política econômica subjacente, condutora de desigualdades sociais (FRASER, 2001).

Uma alternativa a essa superação está na combinação entre a teoria do reconhecimento, pautada na valorização e na afirmação das especificidades do grupo, e a teoria redistributiva, caracterizada por demandas que reivindicam a “abolição de arranjos econômicos que causam especificidades dos grupos” (FRASER, 2001, p. 254). A saída está associada à desconstrução da situação de desrespeito “por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente (*ibid.*, 2001, p. 266).

Pelo exposto, podemos dizer que as contribuições de Boaventura Santos (2003; 2008a), Axel Honneth (2001; 2003) e Nancy Fraser (2001) servem-nos como arquétipos de interpretação do processo de organização e participação social motivado por experiências de negação e de desrespeito às condições de formação da identidade social. Com efeito, é, na percepção crítica de injustiça, que repousa o sentido da mudança, da resistência e da superação de práticas educativas discriminatórias e excludentes. Na base dessa implicação que configura os padrões sociais de reconhecimento, os autores supracitados, nos oferecem os aportes teórico-metodológicos para entender como o sistema de ensino brasileiro, historicamente, caminhou para a formação de um quadro de desigualdade entre a escola da cidade e a do campo e os mecanismos de superação dessa condição desigual. Falamos então, do enfrentamento ao não reconhecimento social de identidades desrespeitadas como os sujeitos do campo, tendo como *locus* referencial e empírico o Território supracitado.

A despeito do que significa negar às pessoas aquilo que merecem, o sentimento de indignação reage às situações de desrespeito e potencializa a luta pelo reconhecimento social, como afirmou Honneth (2003). Inscreve-se nessa lógica de desrespeito social o modelo hegemônico de educação urbanizador, ao negar a construção de referenciais culturais e políticos de um

projeto de escola que atenda às especificidades inerentes à história de luta e resistência dos sujeitos do campo.

Não por acaso que muitas escolas situadas no espaço rural ainda são chamadas de *Escolas Isoladas*, relegando à condição de abandono e reforçando, equivocadamente, o determinismo geográfico que regula a qualidade do ensino: as melhores escolas estão na cidade (CALDART, 2004a, grifo do autor). Tal crença, obviamente, é alimentada pela falta de condições de estrutura de funcionamento, formação contextualizada dos professores diante da realidade do campo, alheamento às condições de existência, vida e trabalho no campo e, quando não, à própria falta de escola. Esse descaso é reforçado pelo discurso oficial federal quando admite em seus documentos que,

embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, no campo a situação é mais grave, pois, além de não considerar a realidade socioambiental onde a escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais e, muitas vezes, ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos (BRASIL, 2004, p. 07).

A tomada de decisão por uma consciência crítica em relação ao modo e ao tipo de educação que é destinado aos sujeitos do campo ocorre em função da experiência de negação e invisibilidade social tanto do espaço rural quanto de sua educação. O esforço no confronto entre interesses hegemônicos na educação e as alternativas que abrem possibilidades concretas de um projeto educativo contra-hegemônico confere uma nova visibilidade aos que se reconhecem como sujeitos de direitos. Diante de tal afirmação, na travessia por novas veredas da pesquisa acadêmica, impõe-nos o desafio de investigar alternativas que conduzem o horizonte de possibilidades concretas de uma educação pautada na dinâmica de organizações e movimentos que participam da luta por um projeto de

reconhecimento social e desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo.

A PROBLEMÁTICA E O CENÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

O cenário de participação da vida dos que integram à pesquisa como pesquisados e pesquisador é o Território Sertão do Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte, como afirmamos anteriormente, cuja escolha empírica foi motivada pela forte presença e participação de movimentos sociais no campo. A proposta é investigar possibilidades e desafios de práticas e ações educativas na e fora da escola que procuram reconhecer e imprimir visibilidade aos sujeitos sociais do campo no referido Território. Assim, será objeto de nossa investigação o espaço de tomada de decisões e de organização de institucionalidade territorial através da atuação do Colegiado do Território do Sertão do Apodi e as práticas educativas resultantes de demandas das ações territoriais, tanto escolares como não escolares.

No espaço escolar, tem-se a Creche Espaço da Alegria, localizada no Assentamento Santa Agostinha, no município de Caraúbas-RN. Pactuada como ação prioritária para o Assentamento pelo Colegiado, em especial, pelos sujeitos que moram no Assentamento, a demanda por uma escola localizada no espaço rural não é só uma resposta ao contexto que situa o seu inevitável desaparecimento, mas também se traduz em reconhecimento da participação da sociedade local na questão da educação. É, pois, fruto da mobilização local dos atores e da necessidade de criar novos espaços de intervenção social no domínio da educação no quadro da territorialização do espaço rural, que nos faz pensar sobre o sentido da escola e sua importância para que crianças, nela, se mantenham.

No espaço não escolar, por sua vez, ao se identificar com outras instituições que diferem do contexto formal da escola, como movimentos e organizações sociais existe uma prática educativa revelada no estabelecimento

de parcerias entre as diferentes instituições que compõem o Colegiado que permitem reforçar a dimensão comunitária da ação educativa construída dentro e fora da escola. Partindo do pressuposto de que o movimento social é eminentemente educativo, sua prática também é reveladora de conflitos e diversidades. Daí ser objetivo da proposta: dar visibilidade às práticas que apostam na criação de ações conjuntas e coletivas, como estratégias de expansão e ampliação de sua atuação, para superação dos obstáculos na busca pelo reconhecimento social.

Essa investigação pretende contemplar uma compreensão das possibilidades de desconstrução do processo simbólico da inferioridade e invisibilidade dos sujeitos do campo, a partir da atuação destes em mecanismos de exercício democrático, no que diz respeito aos aprendizados pessoais e coletivos que culminaram em práticas escolares e não escolares de valorização e afirmação de suas especificidades e particularidades. De forma mais detalhada, buscamos:

- a) Compreender o sentido e o lugar que ocupa a educação no contexto da atuação do Colegiado do Território do Sertão do Apodi e seus desdobramentos em práticas educativas escolares e não escolares.
- b) Entender de que forma a escola do campo pode servir de instrumento de reconhecimento e visibilidade social dos sujeitos sociais do campo.
- c) Compreender a dinâmica de funcionamento do Território do Sertão Apodi, as forças sociais envolvidas e os processos de construção de consensos decisórios e em que medida esses processos se vinculam com a possibilidade de uma mudança qualitativa da vida dos sujeitos, por meio de processos criativos e inovadores de aprendizagem coletiva e emancipação humana.
- d) Identificar, no conjunto de políticas articuladas no Território, os impactos e as possibilidades de ações que colaborem para a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo que leve em consideração a participação democrática.

Com essa intencionalidade, procuramos defender que uma perspectiva de educação destinada aos sujeitos do campo deve pautar-se na superação da condição de invisibilidade social, a que estes estão submetidos, por meio de uma postura de reconhecimento social que se firma no exercício da democracia participativa e na reparação de desigualdades sociais.

Por esse caminho, nosso olhar é direcionado para questionar nessa pesquisa o lugar que ocupa a educação na dinâmica de organizações e movimentos sociais do campo que participam da luta pelo reconhecimento e superação das condições de desrespeito social no Território do Sertão do Apodi. Sendo assim, é possível dizer que o fortalecimento e a organização social no campo têm alcançado níveis de participação capazes de contribuir, efetivamente, para o reconhecimento dos sujeitos do campo por meio de práticas educativas? O que tem sido feito na prática social em educação do campo? Que características assume a educação do campo quando entra na agenda de debate no território? Quais as práticas e os desafios vivenciados pelos sujeitos no contexto de organização do espaço territorial? O que nos revelam as trajetórias dos sujeitos no contexto do Território Sertão Apodi? Tais questões configuram a problemática de investigação e auxiliam nossas reflexões sobre esse universo.

O interesse por esta temática é decorrente de alguns fatores integrantes da nossa história de formação. Desde a graduação em Ciências Sociais, entre o período de 1996-1999, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que o tema da educação acompanha minhas escolhas investigativas. Naquele período, envolvemo-nos na discussão sobre os limites e as possibilidades para o financiamento do Ensino Fundamental no município de Apodi-RN, por meio do programa governamental Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), que, logo depois, já em nível de mestrado, em Sociologia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aprofundamos a discussão com a temática da participação e do controle social, ao centrarmos a pesquisa na atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social dos Recursos do Fundef (CACS), em 2001.

Mas o enveredamento pelos estudos, associando a educação ao contexto do campo, se deu, inicialmente, pelo envolvimento nas pesquisas “Educação do campo: fatores de exclusão de escolaridade no alto-oeste potiguar” (2005-2006), realizada no município de Dr. Severiano, e “A Política de Educação do Campo em Municípios do Alto-Oeste Potiguar: ações e desempenho dos atores sociais” (2006-2008), realizada no município de São Miguel, através do Núcleo de Estudos em Educação (Need), do Departamento de Educação, do *Campus Avançado Prof^a Maria Elisa de Albuquerque Maia* (Cameam), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

E, mais recentemente, temos participado da pesquisa “Participação e Controle Social: desconstruindo a inferioridade dos sujeitos do campo no Território do Sertão Apodi”, uma proposta de investigação do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desenvolvida no período de julho de 2009 a agosto de 2011, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trata-se de um estudo sobre as possibilidades de desconstrução do processo simbólico da inferioridade dos sujeitos do campo a partir da atuação e funcionalidade do Colegiado do Território Sertão do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte, resultante de interlocuções e questionamentos derivados de nossa pesquisa de doutoramento. Soma-se às atividades de pesquisa, a participação, desde 2007, em agendas e ações desenvolvidas pelo PDHC-RN⁸⁶ e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através de projetos de pesquisa e extensão universitária que associam o recorte educacional à política pública de organização territorial dos municípios.

⁸⁶ O PDHC é um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA para desenvolver ações estruturantes de Reforma Agrária e Agricultura Familiar no semiárido nordestino. ATUALMENTE O PROJETO ATUA EM SEIS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE - SERGIPE, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ E PIAUÍ.

A nossa inserção nessa temática também é oriunda do estudo de referenciais bibliográficos entremeados por discussões teóricas e empíricas que nos ajudaram a delinear uma arena própria de debate sobre Educação do Campo, no nosso caso, ao relacioná-la sob o primado de uma luta por reconhecimento e visibilidade social. Destacamos, primeiramente, as contribuições dos estudos de Irene Paiva (2011), Roseli Caldart (2000, 2004a, 2004b) e Sonia Meire Jesus (2003, 2006, 2004) que se voltam para um olhar pedagógico da atuação do Movimento Sem Terra (MST), reforçando e recriando aportes teóricos e metodológicos para compreender a diversidade de práticas educativas destinadas aos sujeitos do campo. Nessa mesma direção, encontram-se Mônica Molina (2006) e Bernardo Mançano Fernandes (2004, 2006) ao nos oferecer as possibilidades de compreensão de uma prática educativa no campo, a partir do viés da gestão e organização do Território.

De fato, pelo que foi exposto, a temática da educação do campo é emergente no âmbito das investigações acadêmicas. A atualidade do tema é propícia às disputas e reivindicações por políticas públicas, bem como aos posicionamentos convergentes e divergentes sobre suas concepções e práticas. Preferimos pautar sua relevância no questionamento das monoculturas analíticas que produzem ausências e invisibilidades sociais contrárias às experiências ricamente acumuladas tidas como periféricas. A proposta é ampliar a temática da educação para o contexto do campo, de modo a contemplar as especificidades que exige essa área, bem como o desenvolvimento de pesquisas capazes de consolidar os estudos indispensáveis à pesquisa social e educacional, sob o olhar das ciências sociais.

O PERCURSO METODOLÓGICO

Desenvolver uma prática investigativa, na área das ciências sociais, é indispensável à produção de conhecimento como práxis, sob o reconhecimento

de que a pesquisa é um trabalho que provoca encaminhamentos para desvelar novas realidades. Desse modo, o trabalho de campo é visto como descoberta e criação. Assim, esta pesquisa tem um enfoque qualitativo pelo contexto objetivo e subjetivo da investigação por meio do confronto de ideias e posições em meio às falas, aos gestos, aos números. Valemo-nos de referentes observáveis, nos quais os conceitos se traduzem na pesquisa de campo, mas também de referentes temporais. Nesse caso dos referentes observáveis, estabeleceremos como indicadores: o grau de participação democrática dos sujeitos no Colegiado e sua capacidade de mobilização social; a identidade dos sujeitos com o movimento social, em particular, do campo; as estratégias, as formas de implementação e manutenção de práticas educativas de valorização e reconhecimento dos sujeitos do campo; o sentido da escola no/do campo para os sujeitos a quem se destina.

Para tanto, utilizamos as seguintes técnicas de investigação:

a) Observação e diário de campo: Tomando como referência os conceitos e os indicadores correspondentes, a observação serviu para coleta, seleção e ordenamento das informações, assim como o diário, para o registro das memórias de pesquisa, a fim de explicar sua gênese e suas características. Uma das estratégias utilizadas foi a participação em reuniões do Colegiado, eventos e atividades promovidos por este e as instituições que o compõe, além de visitas para conhecimento de experiências educativas desenvolvidas em áreas de abrangência do Território.

b) Formulário: Sua escolha foi motivada por ser uma técnica apropriada quando há grande número de informantes, além de garantir o retorno das informações de forma mais ágil, em função de as perguntas e anotações das respostas serem conduzidas pelo próprio pesquisador. Foram aplicados 85 formulários, incluindo um pré-teste deste, exclusivamente, entre os membros do Colegiado, combinando perguntas fechadas, visando à quantificação dos resultados, com perguntas abertas, exigindo uma resposta pessoal e espontânea do informante.

Dos 85 informantes, 65% são homens (55) e 35% são mulheres (30). Do total, 66% eram titulares; os demais, suplentes, convidados e observadores, escolhidos aleatoriamente, conforme a disponibilidade. No formulário tratou-se dos seguintes temas: perfil socioeducacional dos membros do Colegiado; forma de representação e participação do Colegiado; tempo e espaço de participação no Colegiado; identidade com o movimento social do campo; ações, limites e perspectivas no processo decisório e reconhecimento social; identidade com a prática educativa; ações e projetos realizados no campo da educação no Território; o sentido e papel da escola do campo. No que diz respeito ao tratamento das informações, utilizamos o Programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para agrupar, quantificar e cruzar as informações.

c) Entrevista: Optou-se pela técnica da entrevista em função da possibilidade de aprofundar qualitativamente as informações obtidas por meio dos temas mencionados acima, suprimindo as lacunas da padronização de respostas descritivas no formulário. As entrevistas foram feitas aos representantes de instituições animadoras no processo de organização e mobilização do Colegiado como: Delegado (Substituto) do Estado do Rio Grande do Norte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Representante Nacional da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA); Representante do Estado do Rio Grande do Norte da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA); Coordenação do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi; Representante da Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável (Atos Caraúbas/RN) – ONG articuladora da Proposta de educação contextualizada da Creche Espaço da Alegria no Assentamento Santa Agostinha – Caraúbas/RN; Pai de aluno/Liderança do Assentamento Santa Agostinha – Caraúbas/RN; Duas professoras da Creche Espaço da Alegria no Assentamento Santa Agostinha – Caraúbas/RN. Inicialmente, também, foi realizada uma pesquisa exploratória, anteriormente, com a Coordenação de Educação, Cultura e

Saúde do PDHC/SDT/MDA, com o anterior e atual supervisor do PDHC/SDT/MDA do Território Sertão do Apodi e professora do Programa de Alfabetização em 03 Meses para Jovens e Adultos do PDHC, para delimitação e redefinição do objeto de investigação.

d) Visita: Para fins de conhecimento do cotidiano, das vivências e dos sujeitos que vivem no Assentamento Santa Agostinha e dos que atuam na Creche Espaço da Alegria (professor, alunos e pais).

e) Análise documental: Além de fontes primárias como atas das reuniões disponíveis de 2005 a 2010, resoluções e relatórios de ações desenvolvidas no Território, utilizamos fontes secundárias, como dados estatísticos do IBGE de 2010, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/2009) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2009).

Considerando o significativo número de informantes, optamos por nomeá-los de *Protagonistas*, assim como fez Boaventura Santos (2003; 2008) ao se referir aos sujeitos idealizadores e executores de ações e projetos alternativos à superação das condições de desigualdade social. E para diferenciá-los, optamos por denominá-los por alguns dos personagens que compõem a trama narrativa de Grande Sertão: Veredas, em alusão à recriação da linguagem Roseana de construção e desconstrução das teias de experiências, conflitos e expectativas vivenciadas por seus personagens. Assim, podemos atribuir a seguinte sequência:

- a) **Protagonista Riobaldo**- Coordenador do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi
- b) **Protagonista Reinaldo**- Membro (Masculino) do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi;
- c) **Protagonista Diadorim**- Membro (Feminino) do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi;

- d) Protagonista Mestre Lucas-** Primeiro Professor da Creche Espaço da Alegria no Assentamento Santa Agostinha- Caraúbas/RN;
- e) Protagonista Zé Bebelo-** Segundo Professor da Creche Espaço da Alegria no Assentamento Santa Agostinha (Caraúbas/RN)
- f) Protagonista Joca Ramiro-** Pai de aluno/Liderança representante do Assentamento Santa Agostinha- Caraúbas/RN;
- g) Protagonista Medeiro Vaz** - Representante da Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável –ATOS Caraúbas/RN, ONG articuladora da Proposta de educação contextualizada da Creche Espaço da Alegria no Assentamento Santa Agostinha- Caraúbas/RN;
- h) Protagonista Otacília** - Delegado (Substituto) do Estado do Rio Grande do Norte no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- i) Protagonista Quelemém de Góis-** Representante Nacional da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA);
- j) Protagonista Sô Candelário-** Representante do Estado do Rio Grande do Norte da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA);
- k) Protagonista Selorico Mendes-** *Professor do Programa de Alfabetização em 03 Meses do Projeto Dom Helder Câmara/SDT/MDA;*
- l) Protagonista Ana Duzuza-** *Coordenação da área de Educação, Saúde e Cultura do Projeto Dom Helder Câmara/SDT/MDA;*
- m) Protagonista Rosa'uarda** –Atual Supervisor do Projeto Dom Helder Câmara/SDT/MDA
- n) Protagonista Titão Passos-** Supervisor do Projeto Dom Helder Câmara/SDT/MDA (Exercício junho de 2003 a junho de 2008)
- o) Protagonista Nhorinhá-** Pesquisadora/cientista social

Em se tratando do referente temporal da pesquisa, estabelecemos o período entre o ano de 2005, haja vista o início da discussão para construção da Creche Espaço da Alegria no Assentamento Santa Agostinha (Caraúbas-RN) até o período de 2010, para efeito dos desdobramentos da política de

gestão territorial. Entre outubro de 2009 e junho de 2011, foi o período quando efetivamos as etapas da investigação: observação direta, pesquisa exploratória, pré-teste de formulário, aplicação de formulário, realização de entrevistas e visitas à comunidade e à escola.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na realidade estudada (o sertão do Apodi) a intencionalidade da ação educativa mostrou-se como uma tentativa equalizadora de tensões e expectativas necessárias ao processo de reconhecimento social dos sujeitos do campo, via processos de compartilhamento de experiências educativas em espaços escolares e não escolares. Observamos que, a identificação com o meio rural constitui seu alicerce, com vínculos relacionados com a vida dos sujeitos que dela participam, experimentam, convivem... Naquela escola do campo se fala de uma educação sob a égide do reconhecimento do outro; de um referencial para a percepção do social e do próprio sujeito; de uma educação contextual incorporada e incorporadora de valores culturais inerentes aos sujeitos do campo; de um ensino voltado ao conhecimento mesclado por ideias de pertencimento ao campo. Todavia, a educação do campo nesse sertão apresenta limites demarcados pelas correlações de forças políticas locais que de certo modo, interferem no fazer educativo, ocasionando fragilidades na proposta pedagógica desenvolvida.

Diante desta escola, passamos a refletir sobre a perspectiva de educação do campo, rompendo com a lógica predominante do modelo hegemônico de educação urbana. Uma educação do campo ampliada pela valorização do processo de formação humana que ali passou a ser construído a partir de referenciais culturais e políticos que dão conta da intervenção dos sujeitos na realidade. Esta assume uma identidade do meio rural, não só de forma diferenciada, mas capaz de contribuir para a emancipação humana e social. Com isso, compreendemos que, embora exerça um potencial catalizador e mobilizador na luta dos sujeitos do campo, a educação é parte de

uma realidade concreta, a realidade do campo, por isso, não demarcamos a educação do campo como um paradigma, mas como uma proposição educativa derivada de aspectos sociais e políticos mais amplos. Esta é evidente na ausência histórica de políticas públicas que considerem na sua formulação e implementação as diferenças entre campo e cidade, que não se traduzem, por si só, na inexistência de lutas anteriores que situavam o campo como espaço de vida calma e de constituição de sujeitos sociais. Esses estigmatizados como caipiras, matutos etc. Na verdade, a abrangência e explicação do novo, do emergente, surgem no campo em função de velhas lutas e estas se apresentam no movimento histórico-social existente hoje no Território.

Neste espaço, o processo educativo decorre da sua capacidade de incorporar-se à dinâmica da sociedade, integrando-se ao impulso de suas demandas e reivindicações socioculturais. Foi dessa forma que, por meio da experiência vivenciada na atuação do Colegiado Territorial Sertão do Apodi, percebemos a intencionalidade da ação e do conhecimento que circundam os sujeitos do campo que ali vivem em busca da desconstrução da sua condição de inferioridade social.

Quando tratamos dos processos de participação no Território, procuramos observar as possibilidades criadas de superação das desigualdades no campo, nas quais as próprias organizações protagonizam essas iniciativas. Nesse ínterim, reconhecemos as especificidades que compõem o Território Sertão do Apodi e o processo educativo que lá se pratica, trazendo à discussão, a tomada de decisão, as tensões, os limites, as vulnerabilidades e as possibilidades da participação em favor do reconhecimento social dos sujeitos sociais do campo.

Consideramos, portanto, que o enfrentamento do não reconhecimento social de identidades desrespeitadas como o dos sujeitos do campo pesquisados, tem no processo educativo o lugar privilegiado de intervenção social no quadro da territorialização do meio rural, empreendida como conquista política. Lugar este que, no dizer de Milton Santos (2010) tem vida e

existência no cotidiano que é compartilhado entre as mais diferentes pessoas. Por isso, são espaços de cooperação e conflito; são à base da vida em comum, uma vez que, a vida social se individualiza, ao passo que também é criadora e de comunhão no coletivo dos sujeitos. Nesses moldes, o lugar – como Território - insere-se num quadro de referência pragmática do mundo no Sertão do Apodi, onde como vimos, a educação se realiza enquanto tal, por compartilhar experiências e valores que venham a ser refletidos em espaços e ações coletivas cotidianas formais e informais.

É notório que, a pauta da educação ainda não se traduz em agenda anunciativa prioritária de um projeto de sociedade e de emancipação humana no Território. Contudo, o espaço do Colegiado ao procurar desenvolver essa sensibilidade que informa a educação como prática social formal e não formal, contribui para construção de saberes orientadores de novas práticas sociais, ganhando, paulatinamente, dentro do Território ares de visibilidade e perspectivas de uma atuação comprometida com a territorialização de práticas educativas construídas nas experiências cotidianas e na escola.

No percurso dessa travessia entendemos que, o processo educativo diz respeito à complexidade da formação humana e suas práticas sociais são o *locus* da sua realização. Por essa via, a compreensão integral da práxis social transformadora e emancipadora refutaria a disciplinarização do conhecimento por ser este um correlato da domesticação social.

Assim, nas veredas por reconhecimento social a educação deve ser capaz de mediar possibilidades de intervenção no mundo em que os sujeitos saem da condição de observadores, para tomar o lugar de sujeitos dessa realidade, abrangendo uma nova territorialidade cujas práticas educativas estejam vinculadas às demandas e lutas sociais. Tornando-se, desse modo, protagonistas de suas lutas em busca de emancipação.

Por fim, em nossa leitura, a luta por reconhecimento social é permanente, é uma constante na dinâmica social, que emerge e flui em um movimento recorrente quando acionada por situações de desrespeito social e existencial, cuja saída é seu enfrentamento, numa interminável travessia

histórica, como mostra na literatura a infinidade de veredas do grande sertão de Guimarães Rosa que, ao terminar seu romance com a palavra “Travessia”, faz alusão à peleja diária do curso da existência do sertanejo.

A travessia continua...

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Escola, Cidadania e Participação no Campo. **Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9, setembro, 1982.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **PRONAT: Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial**. Brasília, DF, 2004.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. **João Guimarães Rosa**. Consultoria de Walnice Nogueira Galvão e Ana Luiza Martins Costa. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Sales, n. 20, n. 21, 2006.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, Mônica C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004a.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

_____. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. **Projeto Popular e Escola do Campo**. Brasília- DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 2000. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 03).

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Monica Castagha. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto**

de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5).

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. **Primeira Conferência Nacional Por uma Educação do Campo:** texto preparatório. In: ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, Mônica C. **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2004a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Monica Castagha. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Por uma Educação Básica no Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília-DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica no Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 02).

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA – FIDA. Proyecto de Desarrollo Sustentable de los Asentamientos de Reforma Agraria del Semiárido Nordesteño (Dom Helder Câmara -Préstamo 494-BR)- Auto-evaluación .Versión 19 de abril de 2007.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia Hoje:** Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, DF: UnB, 2001.

_____. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 07-20, out. 2002.

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo:** a Campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1989.

HONNET, Axel. **Luta por Reconhecimento:** a Gramática Moral dos Conflitos Sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: 34, 2003.

_____. Democracia como cooperação reflexiva, John Dewey e a Democracia Hoje. *In:* SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia Hoje:** Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Navegar é preciso, viver é traduzir rumos:** rotas do MST. 2003. f. 282. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

_____. Questões Paradigmáticas da Construção de um Projeto Político da Educação do Campo. *In:* MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5).

_____. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. *In:* MOLINA, Monica Castagha. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica Castagha. Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. *In:* _____. **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

PDTRS. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Sertão do Apodi -RN.** Projeto Dom Hélder Câmara. Rio Grande do Norte. Novembro de 2006.

PROJETO DOM HELDER CÂMARA – PDHC. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório 2004. Ações Desenvolvidas. Recife, março de 2005a. Disponível em: <http://www.projedomhelder.gov.br>. Acesso em 28 de junho de 2011.

PROJETO DOM HELDER CÂMARA – PDHC. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório. Ações Desenvolvidas em 2005. Recife, 2005b. Disponível em: <http://www.projedomhelder.gov.br>. Acesso em 28 de junho de 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 2011.

ROSA, Guimarães Rosa. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos de globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Apontamento, 2002. p. 31-106.

_____. **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Introdução Geral à Coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. A Pequena Agricultura e as Ciências Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 07-08, p. 01-05, dez. 1981. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/a_pequena_agricultura_e_as_ciencias_sociais_RCCS7-8>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.) **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **A Natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **Democracia e Personalismo para Roberto DaMatta**: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? Brasília: UnB, 2001.